

ÍNDICE ANALÍTICO DE JURISPRUDÊNCIA

A

ACADEMIA MILITAR DE AGULHAS NEGRAS

	Páginas
Nenhuma ilegalidade na divisão das turmas e em grupos de 1. ^a e 2. ^a época para efeito de declaração de Aspirantes a Oficial. Apelação Cível n.º 18.810-GB	72

AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

Aluguel. Essa ação pressupõe, no autor, a qualidade de devedor de aluguel, necessário se torna a prova da qualidade de locatário. Apelação Cível n.º 16.370-DF (Embargos)	44
---	----

ACÓRDOS TRABALHISTAS

Não se aplicam a funcionário público que se encontra cedido pela União à uma sociedade anônima. Agravo Mand. Seg. n.º 47.281-SP	182
---	-----

ADVOGADOS

Contribuições previdenciárias. Não estão sujeitos à contribuição compulsória. Agravo de Petição n.º 24.134-MG	22
---	----

AGENTES POSTAIS DO DCT

Enquadramento como tesoureiros. Inidoneidade do mandado de segurança para tal fim. Súmula n.º 270 do Supremo Tribunal Federal. Ag. Mandado de Segurança n.º 51.780-SP	212
---	-----

APELAÇÃO

Efeito suspensivo. Bens imóveis da União. Ação de despejo ou reintegração de posse. Decreto-lei n.º 9.760/46, arts. 71, 87 e 89, § 1.º. Mandado de Segurança n.º 44.214-DF	152
--	-----

APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

Cancelamento. É suscetível de ser cancelada, desde que ainda não transcorridos cinco anos ininterruptos, quando da promulgação da Lei Orgânica da Previdência Social. Ag. Mandado de Segurança n.º 48.037-SC	198
--	-----

APREENSÃO DE MERCADORIAS

Mesa da leilões. Percentagens. A quem devem ser concedidas, quando são dois os que foram designados como escrivães para o ofício. Ag. Mandado de Segurança n.º 24.680-SP	130
--	-----

C

CAIXA DE CONSTRUÇÃO DE CASAS DO MINISTÉRIO DA GUERRA

	Páginas
Enquanto não definida a natureza jurídica da entidade, os servidores ali em exercício carecem, a título de funcionários autárquicos, de direito aos benefícios da Lei n.º 4.061/62. Ag. Mandado de Segurança n.º 33.347-GB	135

CAMINHÕES-BASCULANTES

Imposto de Consumo. Dedução do imposto pago quando da aquisição do chassi para a montagem, por empresa sujeita ao imposto de 3% <i>ad valorem</i> sobre o produto conjugado. Ag. Mandado de Segurança n.º 39.660-RS	144
---	-----

CATEGORIA ECONÔMICA

Alteração do quadro de entidades e profissões do art. 577 da CLT. Ato ministerial. Legalidade. Falta de qualidade para reclamar. Mandado de Segurança n.º 45.564-DF	163
---	-----

COAP

Processos instaurados antes da Lei n.º 1.522/51. Devolução à autoridade para apreciação do auto de infração e imposição de multa. Agravo de Petição n.º 24.305-RS	23
---	----

COMPETÊNCIA

Concurso de jurisdição. <i>Habeas Corpus</i> . Denúncia. Corpo de delito. <i>Habeas Corpus</i> n.º 1.346-CE	98
---	----

COMPETÊNCIA

C.P.P., art. 71. Crime continuado. Competência que se firma pela prevenção. Denúncia. Corpo de delito. Prisão preventiva. <i>Habeas Corpus</i> n.º 1.351-CE	103
---	-----

COMPETÊNCIA

O Tribunal Federal de Recursos não pode apreciar decisões da Justiça do Trabalho, através de mandado de segurança contra ato do Ministro do Trabalho, quando já examinado e aprovado por aquela Justiça. Mandado de Segurança n.º 45.564-DF	163
---	-----

CONCESSÃO

Diferença entre "concessão" e "permissão". Transportes coletivos. Poderes da administração. Ag. Mandado de Segurança n.º 50.354-GB	207
--	-----

CONCURSO DE JURISDIÇÃO

<i>Habeas Corpus</i> . Competência. Denúncia. Corpo de delito. Ag. Mandado de Segurança n.º 1.346-CE	98
--	----

CONFLITO DE JURISDIÇÃO

Páginas

Desapropriação movida pela SUPRA. Competência do Juízo da Fazenda Nacional. Conflito de Jurisdição n.º 149-RJ 96

CONTA-CORRENTE GRÁFICA

Como débito contra a firma, tem características de empréstimo, salvo prova em contrário e, conseqüentemente, está sujeita ao Impôsto do Sêlo. Agravo de Petição n.º 22.173-CE 14

CANTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO

Os que laboravam, há cinco anos ou mais, como diaristas, tarefeiros ou mensalistas, pagos por qualquer verba, uma vez declarados estáveis por uma lei, contam, para efeito de gratificação, o tempo anteriormente prestado. Ag. Mandado de Segurança n.º 44.215-GB 156

CONTRIBUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA

Juros moratórios devidos na conformidade do Decreto-Lei n.º 65/37. Agravo de Petição n.º 23.999-MG (Embargos) 19

CORPO DE DELITO

Competência. Crime continuado. Prevenção. Denúncia. Prisão preventiva. *Habeas Corpus* n.º 1.351-CE 103

CORPO DE DELITO

Habeas Corpus. Denúncia. Competência. Concurso de Jurisdição. *Habeas Corpus* n.º 1.346-CE 98

CORREÇÃO MONETÁRIA

Desapropriação. Aplicação da Lei n.º 4.686/65. Apelação Cível n.º 18.102-MG 65

CONSTRANGIMENTO ILEGAL

O excesso de prazo na formação da culpa, resultante de meras divergências entre Juizes, configura constrangimento ilegal, sanável por via de *Habeas Corpus* — *Habeas Corpus* n.º 1.453-GB 119

CRIME CONTINUADO

Competência. Prevenção. Denúncia. Corpo de delito. Prisão preventiva. *Habeas Corpus* n.º 1.351-CE 103

CUSTA

Pro labore. Dec. n.º 5.196/27, art. 2.º. Justiça Federal. Incompatibilidade com a Carta de 1937 e Lei Orgânica de Previdência Social. Apelação Cível n.º 19.016-GB 74

D

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Cooperativa de crédito. Decisão administrativa impeditiva de reabertura da Cooperativa. Mandado de Segurança n.º 50.029-DF 206

DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO

Absolvição em processo criminal, não invalida, necessariamente, a demissão decretada com obediência à lei. Apelação Cível n.º 19.864-GB 92

DESAPROPRIAÇÃO

Correção monetária. Se a avaliação precedeu de muito à execução, deve-se proceder à aplicação da Lei n.º 4.686/65. Apelação Cível n.º 18.102-MG 65

DESAPROPRIAÇÃO

Execução de sentença. É inadmissível a adoção de percentual fracionário no cálculo dos honorários de advogados. Agravo de Instrumento n.º 25.435-GB 30

DESAPROPRIAÇÃO

Indenização. Desvalorização. Barragem de Furnas. Culturas permanentes. Apelação Cível n.º 17.869-MG 63

DILIGÊNCIA PARA APREENSÃO DE CONTRABANDO

Não cabe mandado de segurança para obstar a diligência. Ag. Mandado de Segurança n.º 22.839-MG 128

DIREITO PROCESSUAL CÍVEL

Agravo de instrumento e agravo no auto do processo. Despacho saneador. Decisão pela qual o Juiz não admite intervenção de terceiro na causa. Recurso cabível. Apelação Cível n.º 19.016-GB 74

E

EFEITO SUSPENSIVO

Reconhecimento dos efeitos suspensivos de recurso administrativo tempestivamente interposto. Ag. Mandado de Segurança n.º 38.592-RS 142

EMBARGOS DE TERCEIROS

Concorrendo os requisitos de domínio e posse, segue-se pela procedência de embargos de terceiro que haja tido bem penhorado em ação executiva intentada por outrem. Agravo de Petição n.º 15.917-MG 1

ENGLOBALAMENTOS DE AÇÕES

Havendo sido englobadas duas ações de ritos diferentes, passa o processo a correr pelo rito ordinário. Mandado de Segurança n.º 49.106-CE 201

ENSINO SUPERIOR

Regímen. Sanções disciplinares. Ag. Mandado de Segurança n.º 46.749-GB 177

ESCOLA NAVAL

	Páginas
Se a autoridade administrativa usou de faculdade ou do arbítrio de abrir vagas, o ato gerou situação jurídica subjetiva para os candidatos que estavam em condições legais de preenchê-las. Ag. Mandado de Segurança n.º 35.336-GB	134

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

Desapropriação. É inaceitável a adoção de percentual fracionário no cálculo dos honorários de advogado. Agravo de Instrumento n.º 25.435-GB	30
---	----

EXECUTIVO FISCAL

Conta-corrente gráfica. Tem a significação de empréstimo, salvo prova em contrário e, conseqüentemente, está sujeita ao pagamento de sêlo. Agravo de Petição n.º 22.173-CE	14
--	----

F

FREQÜÊNCIA DE ENSINO

Diploma de curso superior. Irregularidades de freqüência argüídas quanto ao curso secundário anterior. Desde que aprovado no curso secundário, sob fiscalização oficial, não podem as irregularidades sustar validade de curso superior. Mandado de Segurança n.º 47.730-DF	186
---	-----

FUNCIONÁRIOS CEDIDOS A SOCIEDADES ANÔNIMAS

Não têm direito aos benefícios decorrentes de acôrdo celebrado entre a empresa e seus trabalhadores. Ag. Mandado de Segurança n.º 47.281-SP	182
---	-----

FURNAS

Desapropriação. Desvalorização. Culturas permanentes. Apelação Cível n.º 17.869-MG	63
--	----

G

GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE VIDA E SAÚDE

Condições que são exigidas para a sua concessão. Processamento e exame individualizado na esfera administrativa. Ag. Mandado de Segurança n.º 46.727-GB	175
---	-----

GRUPOS CONVERSORES

Impôsto de Consumo. Classificação para seus fins, de "grupos conversores". Ag. Mandado de Segurança n.º 35.424-SP	139
---	-----

H

HABEAS CORPUS

Excedido o prazo para a formação da culpa, sem justificação, concede-se a ordem para permitir que o réu se defenda sôito. <i>Habeas Corpus</i> n.º 1.416-RS	111
---	-----

HORÁRIOS DE ADVOGADO

São devidos quando o executado se compromete a pagá-los, em termos de confissão de dívida e acôrdo para liquidação de contribuições previdenciárias. Agravo de Petição n.º 25.938-SP	32
--	----

I

IMPÔSTO DE CONSUMO

Classificação de “grupos conversores” para efeito de cobrança do impôsto. Ag. Mandado de Segurança n.º 35.424-SP	139
--	-----

IMPÔSTO DE CONSUMO

Dedução do impôsto já pago, por emprêsa que adquire chassi, para os conjugar com produto de sua fabricação. Ag. Mandado de Segurança n.º 39.660-RS	144
--	-----

IMPÔSTO DE CONSUMO

Dedução do impôsto pago pela matéria-prima. Sòmente os contribuintes que pagam o impôsto mediante “guia”, gozam da permissão legal. Ag. Mandado de Segurança n.º 46.682-RS ..	169
---	-----

IMPÔSTO DE IMPORTAÇÃO

Majoração da tarifa alfandegária resultante da Lei n.º 3.244 de 14-8-57. Validade da majoração. Ag. Mandado de Segurança n.º 35.620-SP	140
--	-----

IMPÔSTO DE LUCRO EXTRAORDINÁRIO

Cálculo. Inclusão no capital das reservas do ano-base apuradas em balanço. Ag. Mandado de Segurança n.º 45.741-GB	167
---	-----

IMPÔSTO DE LUCRO IMOBILIÁRIO

Incidência sôbre o preço do imóvel arrematado em hasta pública. Ag. Mandado de Segurança n.º 43.706-SP	150
--	-----

IMPÔSTO DE RENDA

Limite de deduções. Quotas-partes. Despesas. Incabível considerar como “despesas” as “quotas-partes” auferidas por terceiros, sob pena de incorrer o Fisco em dupla tributação. Agravo de Petição n.º 25.195-MG	27
---	----

IMPÔSTO DE RENDA

Páginas

Rendimentos percebidos por pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou domiciliadas no exterior. O mandado de segurança não é meio idôneo para obrigar autoridade a receber pagamento. Ag. Mandado de Segurança n.º 40.115-SP 146

IMPÔSTO DO SÊLO

Conta-corrente gráfica. Tem características de empréstimo, como documento de débito contra a firma, salvo prova em contrário, estando sujeita ao imposto. Agravo de Petição n.º 22.173-CE. 14

INCORPORAÇÃO AO PATRIMÔNIO NACIONAL

Ressarcimento dos acionistas da Adutora Ribeirão das Lages S.A., incorporada ao Patrimônio Nacional. Apelação Cível n.º 11.231-GB (Embargos) 33

INDULTO

Paciente indultado pelo Presidente da República, quando cumpri a pena pela Justiça Militar, não pode, pelo mesmo crime, ser de novo condenado pela Justiça Civil. *Habeas Corpus* n.º 1.464-SC 123

IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS

É estatutária a relação entre o servidor e o Estado. Só os Magistrados gozam de irredutibilidade de vencimentos. Ag. Mandado de Segurança n.º 44.506-GE 158

M

MANDADO DE SEGURANÇA

Ato que reclassifica, reenquadra ou readapta servidor, não se impugna em processo de mandado de segurança, por envolver exame de matéria de fato. Ag. Mandado de Segurança n.º 45.641-SP 165

MANDADO DE SEGURANÇA

Descabido como meio de sustar diligências para apreensão, pela aduana, de contrabando supostamente escondido em residência. Ag. Mandado de Segurança n.º 22.839-MG 128

MANDATO DE CONSELHEIRO DO SAPS

Suspensão do mandato pelo Ministro do Trabalho. Legalidade do ato. Mandado de Segurança n.º 44.907-DF 161

MÓVEIS

Imposto de Consumo. Dedução de matéria-prima. Não goza da permissão legal o fabricante de móveis, por não pagar o imposto por "guia". Ag. Mandado de Segurança n.º 46.682-RS .. 169

P

	Páginas
PENA ADMINISTRATIVA	
Não fica prejudicada pela absolvição no Juízo Criminal, se neste não ficou demonstrada a inocorrência do fato, mas tão-somente, a inexistência de provas. Apelação Cível n.º 19.864-GB	92
PENSÃO MILITAR	
Impossibilidade de revigoração de pensão perdida por viúva que convolou núpcias. Ag. Mandado de Segurança n.º 42.209-DF	148
PERCENTAGENS	
Tocam ao escrivão que funcionou no processo de apreensão das mercadorias, sem embargo de terem sido designados mais de um para o ofício. Ag. Mandado de Segurança n.º 24.680-SP	130
PERMISSÃO	
Sua diferença de “concessão”. Podêres da Administração. Transportes coletivos. Ag. Mandado de Segurança n.º 50.354-GB ..	207
PESQUISA DE JAZIDA DE ÓLEO	
Servidão constituída em favor da Petrobrás de imóvel rural Ressarcimentos a que faz jus o dono do imóvel, em consequência dos danos causados. Apelação Cível n.º 16.417-BA	50
PESQUISA DE MINÉRIOS	
Domínio do terreno respectivo. Ao <i>ius in re</i> , suficientemente demonstrado, não se pode opor, para invalidade, uma simples partilha amigável. Riquezas do subsolo. Ap. Cível n.º 14.245-MG	38
PESSOAL DE OBRAS	
Benefícios da Lei n.º 3.483/58. Exclusão por determinação da própria lei, exceto o pessoal “tabelado”. Ap. Cível n.º 19.832-BA	89
PRAGAS DA AGRICULTURA	
O combate ao cancro cítrico não gera direito à reparação além do que estabelece a lei. Ap. Cível n.º 18.166-SP (Embargos)	67
PREVENÇÃO	
Competência. Crime continuado. Denúncia. Corpo de delito. Prisão preventiva. <i>Habeas Corpus</i> n.º 1.351-CE	103
PREVIDÊNCIA SOCIAL	
Advogados. Não estão sujeitos ao recolhimento compulsório de contribuições previdenciárias. Agravo de Petição n.º 24.134-MG	22

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Competência. Só os presidentes dos Institutos de Previdência têm competência para conceder benefícios atribuídos na Lei da Previdência. Ag. Mandado de Segurança n.º 47.641-PI 184

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Contribuinte de uma instituição de previdência que passa para outra, conserva, naquela que pertencia, os direitos e vantagens já adquiridos, quando não fizer jus aos benefícios, na nova instituição. Apelação Cível n.º 15.376-MG 42

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Prova de quitação. Não há como exigí-la, na outorga de escritura definitiva de imóvel objeto de promessa de venda pactuada e quitada antes da lei que instituiu o requisito. Ag. Mandado de Segurança n.º 44.759-GB 160

PRISÃO ADMINISTRATIVA

O Diretor do DNER, tal o preceito do art. 214, do Cap. VI do Estatuto dos Funcionários Públicos da União, pode decretar a prisão administrativa de seus funcionários. Recurso de *Habeas Corpus* n.º 1.478-PA 126

PRISÃO PREVENTIVA

Competência. Crime continuado Denúncia. Corpo de delito. *Habeas Corpus* n.º 1.351-CE 103

PROCESSAMENTO ADMINISTRATIVO

Mandado de segurança para compelir a autoridade a diligenciar, no prazo de 30 dias, as postulações às mesmas dirigidas. Ag. Mandado de Segurança n.º 32.023-MA 132

PROMOÇÃO

O parágrafo 1.º do art. 40 da Lei n.º 1.711, que assegura efeito retroativo às promoções, não se aplica aos casos de provimento por acesso. Apelação Cível n.º 18.754-GB 70

QUADRO DE ATIVIDADES E PROFISSÕES

Alterações. Art. 577 da CLT. Ato ministerial. Legalidade. Falta de qualidade para reclamar. Mandado de Segurança n.º 45.564-DF 163

R

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

Competência recursal exclusiva dos Tribunais da Justiça do Trabalho. Inconstitucionalidade do art. 2.º da Lei n.º 1.890/53, declarada pelo Supremo Tribunal e consagrada pela Resolução n.º 81/65 do Senado. Agravo de Petição n.º 19.811-RN 7

RECURSOS

	Páginas
Despacho saneador. Decisão pela qual o Juiz não admite inter- venção de terceiro na causa. Recurso cabível. Apelação Cível n.º 19.016-GB	74

RECURSO ADMINISTRATIVO

Reconhecimento dos efeitos suspensivos de recurso administra- tivo, tempestivamente interposto. Ag. Mandado de Segurança n.º 38.592-RS	142
--	-----

RECURSO *EX OFFICIO*

Sua inexistência. Englobamento de ações. Não transita em jul- gado a sentença que deixa de conter o recurso de ofício obriga- tório. Havendo englobamento de ações de ritos diferentes, passa o processo a correr pelo rito ordinário. Mandado de Segurança n.º 49.106-CE	201
---	-----

RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Agravo regimental, de despacho denegatório de curso a recurso extraordinário, de quem teve já provido seu Recurso de Revista, interposto concomitantemente com o Extraordinário. Ag. do Art. 45 do R.I. no Ag. de Petição n.º 18.011-SP	5
--	---

REINCIDÊNCIA GENÉRICA

Diminuição da pena, para igualá-la à do co-réu, também rein- cidente genérico. Revisão Criminal n.º 193-GB	215
---	-----

RETIFICAÇÃO DE APOSENTADORIA

Revisão de cálculos. Aplicação errônea do art. 184, inciso II, da Lei n.º 1.711, em combinação com a lei de reclassificação. Ag. Mandado de Segurança n.º 51.804-GB	214
---	-----

S

SEQÜESTRO DE BENS

Peculato. Medida cautelar. Interpretação da Lei n.º 3.502 de 21-12-58. Ag. Mandado de Segurança n.º 49.781-GB	204
--	-----

SERVIDOR PÚBLICO

Promoção e acesso. O parágrafo 1.º, do art. 40, da Lei 1.711, que assegura efeito retroativo às promoções, não se aplica aos casos de provimento por acesso. Apelação Cível n.º 18.754-GB	70
---	----

SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES

“Permissão”. Diferença de “permissão” e “concessão”. Podêres da Administração. Ag. Mandado de Segurança n.º 50.354-GB	207
--	-----

SUBSTITUIÇÃO NÃO REMUNERADA

	Páginas
A substituição eventual ou de rotina, sem ato de designação ou nomeação, não gera direito a remuneração. Ag. Mandado de Segurança n.º 48.573-SP	200

T

TAXA DE DESPACHO ADUANEIRO

Importação de fertilizantes. Por ser considerada a referida taxa um adicional, não é devida em relação a fertilizantes e inseticidas, protegidos por isenção de importação. Súmula n.º 133, do Supremo Tribunal Federal. Ag. Mandado de Segurança n.º 51.390-SP	211
---	-----

TERRENOS DE MARINHA

Cia. Docas da Bahia. Taxa de ocupação. Pagamento de laudêmio e taxa de ocupação em casos de transferência. Agravo de Petição n.º 17.696-BA (Embargos)	2
---	---

TERRENOS DE MARINHA

Reintegração sumária pela União. Quando é legítima a reintegração sumária de terrenos de marinha. Apelação Cível n.º 17-761-PE (Embargos)	59
---	----